

## Limites e possibilidades da aplicação metodológica das *redes sociais* na análise do conceito de *raça* elaborado nas décadas de 1930 e 40

SARAH CALVI AMARAL SILVA<sup>1</sup>

O objetivo deste artigo é discutir as possibilidades e os limites da aplicação metodológica das redes de relações sociais ao estudo do conceito de *raça*, construído e operado entre as décadas de 1930 e 40. Tal método fez parte dos procedimentos utilizados em minha dissertação de mestrado, cuja problemática consistiu em desvelar os lugares sociais destinados a africanos e descendentes em interpretações sobre a formação histórico-social do Brasil (SILVA, 2010). Foram privilegiadas na investigação as noções de *raça* manipuladas por autores participantes de dois eventos perpassados pelos temas mencionados, quais sejam o II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e o III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1940).

Conforme concebida por setores das elites intelectuais, a *raça* e categorias correlatas foram manipuladas com o intuito de se compreender a presença negra no país tanto na historiografia, quanto nas Ciências Sociais. Através da metodologia das redes, tornou-se possível verificar os debates políticos e científicos que emprestaram significados diversos ao conceito em questão, sendo a mesma aplicada à análise da montagem dos programas de trabalho dos congressos, bem como ao mapeamento de parte das trajetórias dos autores estudados. Intelectuais de projeção desigual nacional e internacionalmente, suas atuações específicas no meio letrado e científico nacional foram igualmente importantes para o rastreamento dos caminhos percorridos por noções de *raça* em discussão naquele período.

Sob essa perspectiva, foram analisados: 1) O médico psiquiatra, folclorista, estudioso de Antropologia Cultural, um dos pais fundadores da Psicologia Social e participante ativo do II Congresso Afro-Brasileiro, Arthur Ramos (1903-1949); 2) O historiador polígrafo, escritor, folclorista, participante do evento soteropolitano e presidente da Comissão Organizadora do III Congresso de História e Geografia do

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES.

IHGRS, Dante de Laytano (1908-2000); 3) O historiador polígrafo, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, catedrático da cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo, deputado estadual eleito duas vezes pelo Partido Republicano Paulista e participante do evento sulino, Alfredo Ellis Junior (1896-1974); 4) E, por fim, o escritor auto-didata, historiador polígrafo, militar de carreira, sócio efetivo do IHGB e correspondente do IHGRS, e colaborador das atividades decorridas em Porto Alegre, Emílio Fernandes de Souza Docca (1884-1945).

A partir desses intelectuais, a operação metodológica das redes sociais possibilitou a reconstrução parcial de diálogos nacionais e transnacionais entre especialistas interessados em explicar as conseqüências da influência negra africana no Brasil e no Novo Mundo, entendidas sob balizas teóricas racializadas ou não, cuja elaboração e apropriação historiográfica, sociológica, antropológica e folclórica fizeram parte de um mesmo campo de debates.

Ainda, com base nas redes, tornou-se inteligível a participação de lideranças negras em lugares formais de elaboração do conceito de *raça*, principalmente no tocante às atividades realizadas durante o II Congresso Afro-Brasileiro. Dessa forma, puderam ser problematizados indícios sobre o quanto os processos políticos, culturais e “acadêmicos” sob os quais aquela categoria fora pensada, por vezes, estiveram articulados aos problemas sociais que informaram as reflexões de uma elite intelectual empenhada em desvelar os elementos constitutivos da nação e de suas gentes.

No presente artigo, serão privilegiados os trâmites que levaram à realização do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, momento em que diversas correntes teóricas coexistiram num ambiente de discussões ora tensas, ora amigáveis. Para tanto, a seguir serão brevemente expostos os contornos de minha pesquisa de mestrado, seguidos de considerações mais detalhadas sobre o método das redes de relações sociais. Por fim, abordaremos os tipos de redes identificados naquele evento e sua centralidade para o entendimento dos significados da circulação de noções de *raça* na ocasião.

### ***Introdução aos estudos africanos e de relações raciais no Brasil***

A movimentação de Ramos, Laytano, Ellis Junior e Souza Docca em eventos mais ou menos dedicados ao estudo do “elemento negro” ocorreu num período em que a natureza de nosso “povo” passava a ser encarada, por determinados setores das elites republicanas, como parte de um conjunto de questões mais amplo, referente aos problemas políticos, sociais e institucionais herdados da República Velha. Por sua vez, a resolução de tais problemas caberia a homens de ciência tecnicamente capacitados. Particularmente entre os intelectuais mais conservadores, o darwinismo social e o positivismo figuraram entre as principais teorias utilizadas para se pensar a chamada “realidade brasileira”, composta por populações consideradas desiguais em suas características sociais e raciais, então, fundamentais para a elevação da nação ao progresso (PÉCAUT, 1990).

Nesse contexto, muitos foram aqueles que desempenharam funções concomitantes em esferas de produção do conhecimento e em órgãos e instituições estatais diversos, num momento em que atividades intelectuais, profissionais e políticas não eram entendidas como contraditórias, mas sim, parte de uma *cultura política* constituída nas intersecções entre Estado e ciência (PÉCAUT, 1990:17-18). Esta dinâmica acompanhou as trajetórias de autores atuantes durante o Estado Novo quando as especificidades culturais e raciais do país, muitas vezes reunidas sob a máxima da *brasilidade*, passaram a ser incorporadas com novos significados em práticas e discursos oficiais proferidos por sujeitos empenhados na construção de uma imagem positiva acerca da mão-de-obra nacional e da cultura popular.<sup>2</sup>

Ao mesmo tempo, a institucionalização das “modernas” Ciências Sociais no país estava em pleno curso, gerando um ambiente propício a disputas por espaços de enunciação e legitimação de teses sobre os aspectos fundantes do Brasil, também informadas por uma agenda de pesquisa calcada em debates erigidos em torno da *raça*.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Sobre as especificidades da atuação intelectual e política no Estado Novo, relativas aos assuntos abordados neste trabalho, ver coletâneas de artigos organizadas por Dulce Pandolfi (1999) e Jorge Ferreira & Lucilia de Almeida Neves (2007).

<sup>3</sup> Para saber mais a respeito da institucionalização das Ciências Sociais brasileiras, em diálogo com pesquisadores, especialistas e disciplinas acadêmicas nacionais e estrangeiras, ver livro organizado por Sérgio Miceli (2001), intitulado *História das Ciências Sociais no Brasil*. Os autores dos artigos que compõem o volume abordam questões teóricas, metodológicas, institucionais e intelectuais que marcaram este processo.

A partir da década de 30, as nascentes Ciências Sociais em diálogo com outros campos, tais como a História e o Folclore, sofreram significativas transformações em termos teóricos e temáticos, relacionadas à demarcação de fronteiras disciplinares. Por intermédio dos embates travados entre protagonistas e coadjuvantes de querelas acadêmicas, institucionais e, em alguns casos, políticas, a Sociologia e a Antropologia, progressivamente, se consolidaram enquanto áreas de saber específicas, nas quais determinados conceitos passaram a ser refutados ou adotados.

Esse processo foi acompanhado pela recepção de categorias inovadoras para os padrões da produção intelectual nacional. Em grande medida, a protagonista de tal mudança foi a Antropologia Cultural estadunidense expressa nos estudos de Franz Boas, pautados pelo conceito de *cultura* como chave explicativa para as diferenças humanas. Dessa forma, essas diferenças passaram a ser entendidas a partir de manifestações culturais observadas em sociedade com o auxílio do método etnográfico, ao contrário do que ocorria na Antropologia Física, cujo conceito-chave era a *raça* biológica identificada em marcadores, tais como a cor da pele e traços fenotípicos variados (CUCHE, 2005). Nesse caso, os métodos utilizados para o estabelecimento de hierarquias raciais evolutivas entre grupos humanos consistiam, basicamente, em medições anatômicas e craniométricas, tal como postulavam estudiosos identificados com os ensinamentos de Paul Broca, entre outros.<sup>4</sup>

Além da Antropologia Cultural, a Sociologia praticada pelos pesquisadores reunidos na Escola de Chicago tornou-se relevante em investigações sobre as relações raciais brasileiras. Como parte de programas disciplinares de instituições como a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, os estudos sociológicos voltados para a análise de dinâmicas urbanas marcadas por migrações e encontros étnicos perpassaram as discussões desenvolvidas no Brasil, acerca da condição social e racial dos negros (PEIXOTO, 2001). Nesse caso, a *raça* era entendida como o resultado de uma construção política assentada num racismo consolidado sobre linhas de cor binárias (*color line*), conforme o modelo corrente nos Estados Unidos.

---

<sup>4</sup> Sobre as origens dos conceitos e métodos elaborados e utilizados por “cientistas” atuantes a partir da segunda metade do século XIX, quando do advento do racismo científico, ver Martin Staum (2004).

Os intelectuais estudados em minha dissertação de mestrado construíram suas trajetórias em meio a este contexto, sendo eles mesmos, simultaneamente, agentes e influenciados pela conjuntura aqui descrita. Participantes do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, Arthur Ramos e Dante de Laytano traçaram caminhos diferentes em suas carreiras, mas que, em determinados momentos, se entrecruzaram numa arena de debates atravessada por inúmeros fatores relacionados ao emergente campo de estudos africanos e de relações raciais no Brasil. A materialização desse campo ocorreu, justamente, quando dos Congressos Afro-Brasileiros de Recife (1934) e Salvador (SANSONE, 2002:4), sendo o segundo evento, em especial, convertido em palco explícito de disputas em torno da autoridade sobre o “problema do negro” no Brasil, um tanto mais acirradas e complexas em comparação ao evento de Recife.

Atribuímos esta diferença entre os dois congressos ao próprio desenvolvimento do referido campo que, em 1937, já contava com mais especialistas e simpatizantes dos estudos africanos e de relações raciais, em certa medida, identificados com a Escola Nina Rodrigues, idealizada por Arthur Ramos e seus pares colaboradores. Auto-intitulado discípulo de Raymundo Nina Rodrigues, nos anos 30 Ramos passou a editar pela Civilização Brasileira, além de obras de seu mestre, livros de pesquisadores da Escola, já que era diretor da Coleção Biblioteca de Divulgação Científica da editora.<sup>5</sup>

Para Ramos, a miscigenação biológica e cultural como explicação da formação do Brasil em suas particularidades (tal como preconizava Gilberto Freyre à época), não contemplava a análise da presença africana no país, inserida no contexto da diáspora africana no Novo Mundo.<sup>6</sup> Assim, Ramos entendia que as heranças preservadas desde África, observadas nas manifestações culturais baianas, seriam o ponto de partida para a compreensão da influência negra, expressa nos *africanismos* estruturantes dos candomblés soteropolitanos. A possibilidade da elaboração deste modelo explicativo, por parte de um intelectual brasileiro, tem a ver com os diálogos transnacionais travados entre autores daqui e especialistas estrangeiros, principalmente procedentes dos Estados

---

<sup>5</sup> Para uma análise profunda da conformação da Escola Nina Rodrigues em suas dimensões políticas, institucionais, teóricas e conceituais, consultar a tese de Mariza Corrêa (1998), intitulada *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*.

<sup>6</sup> Sobre as discussões referentes à diáspora na Antropologia das Américas, ver Kevin Yelvington (2001).

Unidos. Não foi à toa que, dentre os participantes do II Congresso Afro-Brasileiro, estivessem o africanista discípulo de Franz Boas, Melville Herskovits, o sociólogo da Escola de Chicago, Donald Pierson, e pesquisadores da América Latina e do Caribe.<sup>7</sup>

Ocorrido em janeiro de 1937, nas dependências da Faculdade de Medicina da Bahia e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o evento recebeu, igualmente, colaboradores de outras regiões do Brasil interessados em adentrar a vanguarda intelectual nacional, já que, segundo preconiza Mariza Corrêa (1998) ao longo de sua tese, a “questão do negro” nos anos 30 adquiriu centralidade em debates políticos e acadêmicos empreendidos pelas elites. O historiador polígrafo, folclorista e sócio efetivo do IHGRS, Dante de Laytano fez parte do grupo de participantes brasileiros freqüentadores das atividades do Congresso que, além das sessões solenes, ofereceu festas nos candomblés “mais tradicionais” da capital baiana.

Com uma grade de trabalho composta por 23 comunicações referentes à Psicologia Social, ao Direito, à Literatura, ao Folclore, à História, às Ciências Sociais (incipientes no Brasil), entre outros, noções biológicas de *raça* encontravam-se ainda em circulação no II Congresso Afro-Brasileiro, apesar da entrada de novas perspectivas analíticas nas humanidades nacionais. Dessa maneira, é no sentido dos múltiplos desdobramentos e apropriações adquiridos pelos estudos africanos e de relações raciais que a participação de Laytano foi compreendida e analisada. Através de redes sociais constituídas entre ele e Arthur Ramos, um típico representante de uma intelectualidade de “província”, ainda atrelado aos conceitos e métodos da Antropologia Física praticada nos Institutos Históricos e Geográficos, tomou seu lugar nas discussões em voga no período, ainda que fosse o de coadjuvante.<sup>8</sup>

A ida de Dante a Salvador, assim como as relações por ele estabelecidas com Ramos, formou parte de um conjunto de estratégias de ascensão por ele empreendido, referente à inscrição da historiografia sulina no quadro identitário nacional. Parte

---

<sup>7</sup> Todas as informações sobre a estrutura organizativa do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, incluindo listas de participantes, comunicações apresentadas e atividades ocorridas, foram retiradas dos anais publicados em 1940, pela editora Civilização Brasileira.

<sup>8</sup> Em *O espetáculo das raças* (1993), Lilia Schwarcz apresenta, em linhas gerais, a construção e operação de noções biológicas de raça em instituições como os Institutos Históricos e Geográficos e as Faculdades de Medicina e Direito.

significativa das teses sobre a formação histórica, social e cultural do Rio Grande do Sul, elaborada por intelectuais alocados no IHGRS e em outras instituições, reforçava a ideia de uma região constituída por populações majoritariamente brancas, alheias aos códigos culturais nacionais e geograficamente isoladas do corpo da nação (NEDEL, 1999). Em resumo, faltavam à parte meridional do Brasil os ingredientes de *brasilidade* capazes de incluí-la num todo coeso, correspondente às heranças negras e mestiças observadas em outras localidades, definidas por expoentes das elites intelectuais como condição indispensável de pertença à nacionalidade.<sup>9</sup>

As breves afirmativas apresentadas neste artigo, tocantes à movimentação de especialistas reunidos no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador mais ou menos interessados em pesquisas emergentes sobre o negro, foram elaboradas com base no método das redes de relações sociais, cujos pressupostos influenciaram a escolha, o tratamento e a análise de fontes e bibliografia utilizadas. A seguir, serão apresentadas algumas características teórico-metodológicas das redes, bem como as possibilidades e limites de sua aplicação à pesquisa histórica, a partir de minha experiência de pesquisa.

### ***Comentários sobre a operação metodológica das Redes Sociais***

A origem deste método pode ser remetida à Antropologia Social britânica desenvolvida nas décadas de 1950 e 60, quando Fredrick Barth introduziu as redes de relações sociais em estudos sobre imigração e etnicidade (RAMELLA, 1995). Sob esse ponto de vista, os imigrantes em deslocamento para lugares, que não os seus de origem, estariam situados em redes sociais diferentes daquelas anteriores à emigração. Tal situação geraria a construção de culturas e relações advindas da interação ou demarcação de fronteiras frente a novas sociedades e padrões culturais. Em síntese, os imigrantes não reproduziriam seus traços no interior de suas próprias culturas, conforme postulava a tendência estruturalista da Antropologia.

---

<sup>9</sup> Para Pierre Bourdieu (1999) os marcadores que definem as idéias de nação e região são o resultado de embates decorrentes entre pares opostos em determinadas circunstâncias, nas quais são estabelecidas as características (sociais, culturais, econômicas, étnicas, etc.) a serem contempladas por aqueles que aspiram à nacionalidade. Conforme comentamos, no caso do Rio Grande do Sul, faltavam elementos centrais à inclusão do estado naquele rótulo.

Segundo Franco Ramella (1995), os pressupostos de Barth influenciaram debates congêneres, sendo as redes sociais utilizadas em pesquisas acerca da imigração na Argentina moderna. Ainda, para o autor, foram perpassadas por esta metodologia as reflexões de Edward Thompson a respeito da economia moral e das intersecções entre economia e sociedade, bem como as críticas a explicações históricas economicistas em geral. Outro exemplo colocado é micro-história italiana, entendida por Ramella um método herdeiro das redes, já que privilegia as relações entre sujeitos em contextos específicos, por meio das quais as explicações históricas devem ser elaboradas, de acordo com esta perspectiva.

Considerando os campos de investigação das humanidades informados pelas redes, Ramella afirma que uma das principais contribuições deste método para a História consistiu na possibilidade da redefinição das fisionomias sociais de indivíduos, antes previamente estabelecidas com base em enfoques estruturalistas. Tais fisionomias passaram a ser empiricamente construídas por intermédio das múltiplas relações constituídas e ativadas pelos próprios sujeitos em momentos determinados, as quais definiriam as redes sociais onde os mesmos encontravam-se concretamente inseridos, enquanto grupos. Dessa forma, a ação relacional seria recuperável enquanto parte intrínseca da explicação de processos sociais e econômicos, sendo a conformação de estruturas também entendida de maneira relacional. É importante destacar que, em Ramella, as redes sociais fazem sentido somente quando inscritas em objetivos coletivos que orientam as ações dos atores envolvidos frente a um contexto mais amplo (1995:15), reforçando a premissa de que um ponto de vista relacional não exclui a necessidade de se pensar as contingências sociais e históricas.

Por fim, Ramella destaca a necessidade de adaptação de instrumentos importados das Ciências Sociais à pesquisa histórica, sempre levando em conta as premissas teórico-metodológicas sob as quais foram produzidos esses instrumentos, e preservando os conteúdos específicos que os caracterizam (1995:12). Sobre esse aspecto, Eduardo Míguez (1995) problematiza um segundo ponto central aos historiadores, qual seja a disponibilidade quantitativa e qualitativa de fontes documentais necessárias à reconstituição das redes sociais e, portanto, à elaboração de

explicações centradas na agência dos sujeitos. Nesse sentido, o autor considera “(...) o problema de como fazer operativo o modelo de redes sociais com base em nossas pobres fontes históricas” (1995:27), propondo um uso “brando” deste método, ao contrário do que postula Franco Ramella.

Para Míguez, somente com o auxílio de uma estratégia de investigação mais estrutural – porque, auxiliada por modelos elaborados com base em contextos já deduzidos, devido à escassez de documentação que permitisse a reconstituição empírica das redes em sua totalidade e complexidade – a utilização da metodologia em questão seria viável à história. Partindo deste princípio, em minha dissertação de mestrado, as redes foram utilizadas mais de acordo com as considerações de Míguez, do que com as de Ramella. Principalmente, devido ao conjunto de fontes nem sempre suficiente à remontagem completa das redes costuradas entre os autores estudados. No entanto, a proposta de Ramella foi incorporada ao horizonte de questões formuladas às fontes, quanto à centralidade da ação concreta dos intelectuais sobre a conformação de seus interesses de articulação frente a pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Sendo assim, em minha pesquisa foram selecionadas, lidas e analisadas cerca de 70 cartas pessoais constantes no *Arquivo Arthur Ramos* (disponível no Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional)<sup>10</sup>; discursos, homenagens, pronunciamentos e comunicações apresentadas ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador e ao III Congresso de História e Geografia do IHGRS, devidamente registrados nos anais dos certames; obras de época de inúmeros autores partícipes do campo de estudos africanos e de relações raciais, contendo as diversas fases da produção escrita dos mesmos; e prefácios, agradecimentos e citações presentes nas referidas obras.

Em diálogo com as Ciências Sociais e a historiografia atuais, este procedimento tornou inteligíveis as teses produzidas por Ramos e Laytano para o evento soteropolitano, onde noções de raça, cultura e categorias correlatas foram apreendidas em seus significados teóricos, políticos e intelectuais, no sentido das estratégias de

---

<sup>10</sup> As correspondências encontram-se catalogadas em volume organizado por Vera Lúcia Miranda Faillace (2004).

ascensão profissional e acadêmica empreendidas pelos autores, mas também, para além de demarcações institucionais, disciplinares e teóricas previamente estabelecidas.

Contudo, inicialmente, a localização de Arthur Ramos e Dante de Laytano em posições correspondentes aos lugares desde os quais os confrades construía e enunciavam seus escritos. Através de variáveis pensadas com o intuito de dar conta de variadas esferas entrecortadas pelos debates sobre o negro no Brasil, estabeleci um ponto de partida para a percepção da circulação de noções de raça. A definição dessas variáveis culminou na elaboração de duas etapas metodológicas fundamentais para a operação das redes sociais.<sup>11</sup>

Na primeira, percebemos as tendências teórico-metodológicas de explicação das relações raciais brasileiras, observando as colocações institucionais de Arthur Ramos e Dante de Laytano. O objetivo foi verificar as interpretações disponíveis nas instituições sob as quais produziram os autores. Três elementos foram enfatizados: 1) *Formação*. Para perceber as convergências entre perspectivas advindas de áreas do conhecimento diferenciadas, já que a formação dos autores não se restringiu à História e às Ciências Sociais; 2) *Pertencimento institucional*. Para articular os autores aos seus múltiplos locais de produção, bem como às influências teóricas de suas obras; 3) *Posição em instituições de produção do conhecimento*. Para observar como e quais intelectuais escolhiam trabalhos a serem apresentados aos congressos.

Já na segunda etapa, as posições profissionais e políticas foram entendidas como oportunidades de visualização de outros lugares de produção intelectual, que não as academias mais tradicionais e as universidades. Embora, tais posições não tenham sido consideradas tão detidamente quanto as anteriores. Nosso objetivo foi inscrever explicações racializadas num contexto social mais amplo, utilizando as seguintes variáveis: 1) *Carreira profissional*. Para mapear esferas de atuação perpassadas pelos debates raciais e perceber a quais contextos os autores respondiam; 2) *Carreira política*. Para coletar algumas pistas referentes a explicações racializadas que possuíram desdobramentos práticos, bem como a influência de conjunturas políticas na elaboração

---

<sup>11</sup> A prospecção dos níveis de atuação das elites intelectuais foi influenciada pelos novos estudos sobre as elites republicanas brasileiras, baseados no método prosopográfico ou biografias coletivas. Ver coletânea organizada por Flávio Heinz (2006).

de escritos; 3) *Partido Político*. Para compreender de forma abrangente a atividade política dos autores e sua influência sobre a produção escrita.

Em linhas gerais, estas são as diretrizes teóricas e metodológicas que me permitiram desvelar o lugar social destinado a africanos e descendentes, nas comunicações de Arthur Ramos e Dante de Laytano, apresentadas ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. Evidentemente, o mesmo procedimento foi realizado para Emílio Fernandes de Souza Docca e para Alfredo Ellis Junior, participantes do III Congresso de História e Geografia do IHGRS (1940), do qual Laytano foi presidente da Comissão Organizadora.

#### ***Redes de relações sociais no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador***

As teses publicadas nos Anais do evento (1940) trouxeram interpretações variadas sobre o papel das relações raciais na formação histórico-social brasileira, expressas em títulos sobre cultura, religião, música, intersecções entre classe e raça, história da escravidão, poesia e folclore. Essa diversidade demonstra a diversidade de áreas do conhecimento possuidoras de pontos convergentes, onde a ênfase em sistemas raciais e nas culturas negras figurou como importante chave investigativa.

O grande promotor e articulador do II Congresso foi Edison Carneiro, parceiro eventual de Ramos na Escola Nina Rodrigues, em grande medida, debruçada sobre a tarefa de enfrentar a hegemonia conquistada por Gilberto Freyre nas pesquisas sobre cultura brasileira, nacional e internacionalmente (CORRÊA, 1998). Jornalista, folclorista e advogado de formação, Carneiro se correspondeu com Arthur, seja devido às tentativas de publicar ensaios sobre os candomblés pela Editora Civilização Brasileira, seja por conta da divulgação do evento, seja pelas trocas intelectuais e de materiais escritos entre eles.<sup>12</sup> Para Ramos, prestigiar o certame baiano, significou uma estratégia de ascensão frente ao sucesso adquirido pelo I Congresso Afro-Brasileiro de Recife (1934), idealizado por Freyre. Para Carneiro, uma forma de se colocar entre a nata dos estudiosos africanistas.

---

<sup>12</sup> Redes reconstruídas de acordo com correspondências do *Arquivo Arthur Ramos*.

Através da influência de Ramos, a tendência africanista da Antropologia Cultural norte-americana encabeçou a grade de trabalho soteropolitana, sob a qual a subversão da noção biológica de raça pôde ser pautada. Mesmo sendo as pesquisas de campo de Nina Rodrigues - tão reivindicadas na ocasião - amplamente interpretadas com base em classificações raciais biológicas remetentes ao racismo científico, suas premissas foram revisitadas e adequadas, ao menos retoricamente, às novas exigências investigativas de então. Isso significa que a raça deveria ser esquecida para ceder lugar às heranças culturais africanas (CORRÊA, 1998).

Quando o II Congresso ocorreu, Arthur Ramos ocupava – ou, já havia ocupado – posições privilegiadas em diversos espaços. Nos anos 30, quando se mudou da Bahia para o Rio de Janeiro, o autor passou a chefiar a Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, onde desenvolveu estudos psiquiátricos junto a comunidades carentes da cidade do Rio.<sup>13</sup> Função esta, informada pelos conhecimentos adquiridos na Faculdade de Medicina da Bahia, ao mesmo tempo em que o médico alagoano, progressivamente, ia se apropriando dos trabalhos de Melville Herskovits (interessado em construir um quadro de africanismos no Novo Mundo), cuja colaboração com intelectuais brasileiros possuiu expressão no II Congresso Afro-Brasileiro.

Através de contatos epistolares com Arthur Ramos<sup>14</sup> Herskovits teve acesso a materiais referentes aos candomblés (GUIMARÃES, s.d), sendo estes igualmente estudados pelo primeiro autor, sob o ponto de vista da Psicologia Social. Este campo de saber foi fortemente construído por Arthur, sendo as categorias mentais (primitivas) utilizadas para pensar os cultos de matriz africana, remetentes ao evolucionismo. Em 1935, no momento em que Ramos ocupava o cargo de professor de Psicologia Social da recém fundada Universidade do Distrito Federal (UDF), Gilberto Freyre exercia hegemonia sobre as nascentes Ciências Sociais brasileiras. Naquele mesmo ano, o autor pernambucano exercia os cargos de catedrático de Antropologia Social e Cultural, bem como de diretor do Departamento de Ciências Sociais na UDF. Ramos entraria para o

---

<sup>13</sup> As informações biográficas de Ramos foram retiradas, principalmente, de Mariza Corrêa.

<sup>14</sup> Redes sociais reconstituídas com base nas cartas trocadas entre os autores, presentes no Arquivo Arthur Ramos.

quadro de docentes em Antropologia, somente em 1930, quando passou a lecionar Antropologia e Etnografia na Universidade do Brasil.

Estabelecer contatos transnacionais, naquele período, significava a conquista de prestígio e projeção junto a pares aliados e opositores o que, no caso de Freyre e Ramos, explicitava, igualmente, a construção de redes de relações importantes para a continuidade de seus estudos sobre o Brasil. A própria institucionalização das Ciências Sociais brasileiras foi profundamente influenciada por intercâmbios intelectuais e científicos, esteira sob a qual os estudos africanos e de relações raciais se desenvolveu no país (MICELI, 2005). Ainda, a construção comparativa transnacional dos modelos brasileiro e estadunidense de sistemas raciais (SEIGEL, 2005), correspondeu a estas trocas nas quais as categorias de cor e raça, serviram de base para argumentos variados acerca das dinâmicas sociais entendidas como racializadas. Como, por exemplo, os estudos de Donald Pierson sobre os *Pretos e Brancos na Bahia*, informados por categorias referentes à realidade estadunidense. Entendendo a *raça* enquanto uma construção política erigida em lutas sociais próprias às linhas de cor binárias, o sociólogo não constatou racismo no Brasil. Apenas, eventuais preconceitos de cor numa sociedade em que os próprios marcadores fenotípicos eram considerados indefinidos (GUIMARÃES, s.d.).

Nesse sentido, apesar de Ramos conhecer as investigações sociológicas de Donald Pierson, realizadas desde meados dos anos 30 em Salvador, o autor optou por se alinhar ao culturalismo de matriz boasiana, coincidentemente, o mesmo caminho reivindicado por Gilberto Freyre, aluno de Franz Boas nos Estados Unidos em tempos anteriores.<sup>15</sup> Arthur Ramos se apropriou, simultaneamente, de noções biológicas de raça, assim como dos *africanismos* de Herskovits, perspectiva que reunia tanto sua formação médica psiquiátrica, quanto a antropológica, de tintas culturalistas, voltada para os candomblés.

Os resultados escritos desta combinação contraditória do ponto de vista puramente teórico, porém, bastante inteligível sob o olhar das posições institucionais e das redes construídas pelo autor, podem ser vislumbrados em seu trabalho publicado

---

<sup>15</sup> Vide o segundo volume dos Anais do I Congresso Afro-Brasileiro de Recife (1937).

nos Anais do II Congresso. Intitulado *Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil*, Ramos busca compreender os processos culturais advindos dos *contatos* entre as culturas africanas e aquelas definidas como brasileiras sem, no entanto, abandonar classificações raciais biologizadas, embasadas na cor e em outros traços fenotípicos, transpostos para o plano cultural.

Além das redes de relações transnacionais, diálogos com intelectuais “de província” foram, igualmente, estabelecidos nos anos 30, como é o caso de conversas erigidas entre Ramos e Dante de Laytano. Como sócio efetivo do IHGRS, Laytano operava em seus escritos conceitos biológicos de raça remetentes às classificações da Antropologia Física, sob as quais foram montadas pirâmides raciais onde os negros encontravam-se na base e os brancos no topo, em termos biológicos, sociais e culturais.

As conseqüências interpretativas dessa perspectiva podem ser resumidas na máxima da formação de uma região mais civilizada, porque mais branca em comparação a outros lugares do Brasil. Ao mesmo tempo, como membro das comissões Estadual e Nacional de Folclore (também integrada por Edison Carneiro), Dante buscou angariar para aquele campo de saber o estatuto de disciplina autônoma. Intenção esta que deveria contemplar a apropriação de teorias e métodos “científicos” capazes de informar o estudo das culturas populares, tarefa a ser cumprida, em grande medida, pelo culturalismo (NEDEL, 2005), reivindicado por Arthur Ramos e Gilberto Freyre, dentre tantos outros intelectuais. Não por acaso, pelas vias de sua atuação como folclorista, Dante receberia, em seu gabinete, personalidades como Donald Pierson e Melville Herskovits, além de ter se tornado informante desses e de outros cientistas sociais estrangeiros (NEDEL, 2005).

Quando o autor sul-rio-grandense foi a Salvador, os contatos entre ele e Arthur Ramos já ocorriam desde 1936, conforme os dados constantes nas correspondências do *Arquivo Arthur Ramos*. Entre elogios a Arthur, convites para eventos e solicitações de espaços editoriais, Dante de Laytano se inteirou das pesquisas realizadas por Ramos, bem como do II Congresso Afro-Brasileiro. Disposto a colaborar, Dante apresentou um texto intitulado *O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul*, no qual a inclusão do estado nos contornos culturais da nação parece ter se dado mais pelo

lado lusitano, reivindicado enquanto amálgama da construção do “povo” brasileiro, do que pelos negros desaparecidos com o branqueamento racial biológico.

Essa perspectiva é esclarecida ao considerarmos a atuação de Dante junto aos seus pares alocados nos quadros de sócios do IHGRS, profundamente voltada para o apagamento da versão separatista da Revolução Farroupilha, e para a inclusão das elites sulinas nos quadros das elites imperiais brasileiras. Nessas tentativas, as discussões correntes nas “modernas” Ciências Sociais, passaram despercebidas na historiografia sulina, justamente quando as relações raciais convertiam-se em marcador positivo da emergência civilizatória nos trópicos (NEDEL, 2005).

Contudo, apesar de não abandonar a noção biológica de raça – ainda que esta possibilidade estivesse explicitamente colocada – Dante de Laytano citou em sua comunicação, os estudos de Nina Rodrigues (sob o ponto de vista das incursões etnográficas do autor), Edison Carneiro, Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Mario de Andrade. Apesar de incompatíveis com o estado da arte das letras sul-rio-grandenses, operantes no contexto dos grandes ensaios e interpretações alheias aos métodos da Sociologia e da Antropologia, a citação de escritos de intelectuais de renome nacional e internacional, certamente traria frutos para as estratégias de atuação de Laytano. Afinal, quanto mais próximos às Ciências Sociais estivessem suas afirmativas, melhor recebidos seriam os trabalhos dos interessados em entrar para a vanguarda intelectual. Além disso, mais eficientes seriam suas ações contra as teses separatistas acerca da formação histórica e social do Rio Grande do Sul.

Por fim, torna-se necessária a menção à participação de setores importantes das comunidades negras no II Congresso Afro-Brasileiro. Num período em que as manifestações afro-religiosas eram constantemente reprimidas pelo aparelho policial da Bahia, Edison Carneiro estabeleceu, com o povo de santo, redes de relações fundamentais para as estratégias de resistência levadas a cabo pelas comunidades negras soteropolitanas (SILVEIRA, 1988). Como ogan<sup>16</sup> de importantes terreiros e jornalista dos principais periódicos de grande circulação da capital baiana (*O Estado da Bahia* e

---

<sup>16</sup> Segundo Renato da Silveira (1988:182), ogans “são os membros masculinos do candomblé que nunca entram em transe e se encarregam tanto de tarefas administrativas e diplomáticas, como da música e dos sacrifícios”.

*Bahia Jornal*), Edison procedeu a duas frentes de atuação para desconstruir o preconceito que rondava os candomblés.

Em primeiro lugar, por ser membro masculino do candomblé que “detinha um estatuto elevado no seio da sociedade oficial” e convertido em protetor de culto, Carneiro foi recebido por lideranças, como mãe Aninha (Axé Opô Afonjá) e mãe Escolástica Nazaré (Gantois). Através desses contatos, essas e outras lideranças enviaram suas contribuições escritas ao II Congresso Afro-Brasileiro dedicando, aos congressistas, registros de elementos culturais que faziam parte da organização social das casas de religião, bem como das tão procuradas sobrevivências africanas nas culturas do Novo Mundo. O comparecimento de representantes do povo de santo a um evento científico foi encarado com maior legitimidade, do ponto de vista da intelectualidade, dado o engajamento de um estudioso local em comunidades que os próprios especialistas julgavam relevantes para os estudos africanos.

Nesse sentido, para Jeferson Bacelar (2001:129), o II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador significou também a decadência da política de exclusão cultural da africanidade em âmbitos oficiais, onde a atuação de uma intelectualidade imersa nos problemas de seu tempo desempenhou papel fundamental. Portanto, esta não era uma questão exclusivamente racial, mas também cultural, do ponto de vista da emergência de manifestações antes silenciadas.

Não por acaso, Edison Carneiro informou Arthur Ramos sobre sua intenção de fundar, a partir das atividades decorridas no evento baiano, a União dos Capoeiras da Bahia e uma congênere que congregasse os pais e mães de santo de Salvador: “Vamos fundar a União dos Capoeiras da Bahia, com os melhores capoeiras da terra. Talvez façamos o mesmo – e você sabe como isso é difícil – com os pais-de-santo.”<sup>17</sup> A União das Seitas Afro-Brasileiras fora instaurada ainda em 1937, reunindo intelectuais, militantes e, evidentemente, representantes dos candomblés. Somada à inserção nas comunidades negras, Edison Carneiro passou a publicar na imprensa escrita sucessivas notícias sobre o II Congresso Afro-Brasileiro, no sentido de divulgar positivamente o

---

<sup>17</sup> Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I 35, 25, 880 – Carta de Edison de Souza Carneiro a Arthur Ramos. Bahia, 12 de dezembro de 1936.

caráter cultural africano que o evento ia, aos poucos, assumindo<sup>18</sup>. Caráter este, expresso em memórias de mães-de-santo publicadas nos anais do evento.

A participação das populações que se converteram em “objetos de pesquisa” da intelectualidade no mesmo Congresso em que esta intelectualidade enunciava os “resultados” de suas investigações, demonstra o quanto as tensões sociais da época devem ser incorporadas às análises sobre a manipulação científica e política da *raça*. Não só alguns dos pais e mães-de-santo que compareceram no II Congresso foram informantes de cientistas sociais estrangeiros e especialistas brasileiros aproveitando-se desses contatos para preservar sua liberdade religiosa (LIMA, 2004), como também outros representantes de organizações políticas negras se apropriaram das eruditas palavras das elites letradas.

No ano de 1934, em plena vigência das afirmativas freyreanas sobre a harmonia das relações sociais racializadas brasileiras, no I Congresso Afro-Brasileiro de Recife, o militante da Frente Negra Pelotense Miguel de Barros (1934), denunciava a discriminação racial e reivindicava a *raça negra* (aqui entendida como uma identidade política) enquanto portadora de um “passado glorioso”, ao mesmo tempo em que necessitada de uma “segunda abolição”. Desta vez, uma abolição dedica o desenvolvimento intelectual, à organização e à luta política dos negros, desprovidos do direito de serem incorporados à nacionalidade brasileira. Isto porque, segundo Barros, apesar de a ciência dizer o contrário, muitos eram aqueles que ainda postulavam a inferioridade racial (biológica) do povo afro-descendente.

### Considerações finais

Conforme buscamos demonstrar, muitos foram os caminhos percorridos por intelectuais interessados em se apropriar ou refutar noções de *raça* para entender a formação do Brasil. Através da metodologia das redes sociais, procuramos dar conta da desse processo, com base em uma problemática de pesquisa simples, cujos desdobramentos foram se tornando cada vez mais complexos ao longo da investigação.

---

<sup>18</sup> Ver, entre outros: LIMA, Vivaldo da Costa. O Candomblé da Bahia na década de 30. *Estudos Avançados*. Rio de Janeiro, 18 (52), 2004./ CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

O procedimento metodológico em questão permitiu a costura de um quadro bastante amplo das inúmeras variáveis, mais ou menos, atreladas ao desenvolvimento dos estudos africanos e de relações raciais. Amplitude esta vislumbrada nos desdobramentos adquiridos pelos estudos africanos e de relações raciais, conforme constatado no III Congresso de História e Geografia do IHGRS (1940). Na ocasião, entre participações ilustres, tal como a de Gilberto Freyre, os debates sobre a *raça* foram apropriados de acordo com as orientações teóricas dos Institutos Históricos, mais atreladas à Antropologia Física. Mas, também, conforme disputas regionalizadas de poder por parte de elites políticas, interessadas em dirigir a nação. A *raça de gigantes* de Alfredo Ellis Junior, referente aos bandeirantes paulistas desbravadores das fronteiras internas do Brasil, deveria colocar-se frente à civilização dos pampas do Rio Grande do Sul, defensora das fronteiras externas do Brasil imperial. Ambas as regiões, coincidentemente, eram representadas como mais brancas, portanto, mais civilizadas.

Ao mesmo tempo, ficou evidente o quanto a substituição do conceito de *raça* pelo de cultura fora muito mais lento e heterogêneo, do que apontam a historiografia e a história das ciências sociais. As possibilidades de manipulação da *raça* eram variadas, assim como os escopos a partir dos quais o conceito foi pensado e apropriado por setores intelectuais aparentemente distantes uns dos outros, porém participantes de um mesmo campo de debates, embora em posições desiguais. Com esta reflexão esperamos deslocar a noção de “*raça*” de um plano abstrato, quase auto-evidente, para uma esfera entrecortada por interesses erigidos em práticas concretas. Estas, capazes transformar numa de imprimir significados teóricos e sentidos políticos à mesma, cuja gestação não se restringiu aos gabinetes das elites intelectuais. Que o digam mãe Aninha, Miguel de Barros e Martiniano do Bonfim, babalaô baiano, filho de africanos e presidente de honra do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador.

### Referências

- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. [1984]. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Diefel, 1989.
- CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. São Carlos: EDUSC, 2005.
- FAILLACE, Vera Lúcia Miranda (org.). *Arquivo Arthur Ramos: Inventário Analítico*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.
- FIGUEIREDO, Ângela e PINHO, Osmundo de Araújo. Idéias fora do lugar e o lugar do negro nas ciências sociais brasileiras. *Estudos Afro-Asiáticos*. ano 24, n.1, Rio de Janeiro, 2002.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Africanismo e democracia racial: a correspondência entre Herkovits e Arthur Ramos (1935-1949)*. Disponível em: <[www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Africanismo%2520e%2520democracia%2520racial.pdf](http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Africanismo%2520e%2520democracia%2520racial.pdf)>
- HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.
- MIGUEZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas e fuentes parcas. In: BJERG, Maria e OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CCELMA – IEHS, 1995.
- NEDEL, Leticia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos Cinquenta*. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.
- NEDEL, Leticia Borges. *Um passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.
- PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 2001.
- RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, Maria e OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CELMA- IEHS, 1995.
- SANSONE, Lívio. Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. *Estudos Afro-asiáticos*. v. 24, n. 1. Rio de Janeiro, 2002
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEIGEL, Micol. Beyond Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*. Issue 91, winter 2005.
- SILVA, Sarah Calvi Amaral. Africanos e afrodescendentes nas origens do Brasil: raça e relações raciais no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia do IHGRS (1940). Dissertação de mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36931/000817660.pdf?sequence=1>

SILVEIRA, Renato da. Pragmatismo e milagres de fé no Extremo Ocidente. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

STAUM, Martin. Nature and Nurture in French Ethnography and Anthropology (1859-1914). In: *Journal of the History of Ideas*. v. 65, n.3, jul, 2004. p. 475-495.

FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

YELVINGTON, Kevin A. The Anthropology of Afro-Latin America and the Caribbean: Diasporic Dimensions. *Annual of Anthropology*. v. 30, 2001. p. 227-260.

## Fontes

- **Anais dos congressos**

CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia: comemorativo ao Bicentenário da colonização de Porto Alegre*. Porto Alegre: Edição da Prefeitura Municipal, 1940.

- **Textos**

BARROS, Miguel. Discurso do representante da Frente Negra Pelotense. In: ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: *Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934. (1º volume)*. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935. (p.269-271)

CARNEIRO, Edison. Homenagem a Nina Rodrigues. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

LAYTANO, Dante de. O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

RAMOS, Arthur. Nina Rodrigues e os estudos negro-brasileiros. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

RAMOS, Arthur. Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.